

Resenha

PEREIRA, J. M. D. *Manual de economia brasileira: da formação econômica à economia contemporânea*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2016.

Daniel Arruda Coronel¹

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2017.40.459-465>

Vários livros de economia brasileira foram publicados nos últimos anos, os quais fazem uma síntese dos principais fatos econômicos da história e da política econômica do país, deixando de lado uma análise com maior acuidade do impacto destas mudanças nos níveis de bem-estar da população, bem como uma discussão com teóricos do pensamento latino-americano.

Não obstante isso, em 2016 a Editora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) tem estimulado e incentivado a publicação de materiais das Ciências Sociais Aplicadas e, em 2016, publicou o livro *Manual de economia brasileira: da formação econômica à economia contemporânea*, nas versões impressa e eletrônica (*e-book*), de autoria de José Maria Dias Pereira. Doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe), o autor foi técnico da Fundação de Economia e Estatística (FEE), professor-adjunto da UFSM, da qual foi pró-reitor de Planejamento e, desde 2001, é professor do Centro Universitário Franciscano (Unifra) de Santa Maria, onde vem se dedicando ao ensino e à pesquisa de economia brasileira, com livros

¹ Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa. Bolsista de Produtividade do CNPq. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Administração e de Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria. daniel.coronel@uol.com.br

já publicados sobre conjuntura econômica. Neste material o leitor terá a sua disposição uma análise detalhada dos principais acontecimentos na economia brasileira, da colonização até o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

O livro está dividido em 3 partes, as quais estão organizadas em 30 capítulos. A parte 1 é intitulada *Formação Econômica do Brasil: da Colônia à República*; a parte 2, *Economia Brasileira Contemporânea: da ditadura à democracia*, e a parte 3 versa sobre *O desenvolvimento e a indústria no pensamento econômico brasileiro*. O prefácio da obra é assinado por Pedro Cezar Dutra Fonseca, professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista de produtividade do CNPq, ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, ex-diretor da Faculdade de Economia e ex-vice-reitor da UFRGS e ex-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs).

Com o objetivo de fazer análises mais refinadas e didáticas sobre os fatos e os acontecimentos econômicos, o autor utiliza-se de conceitos, teorias e análises de economistas, juristas e intelectuais que se dispuseram a pensar o Brasil, tais como Roberto Simonsen, Celso Furtado, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, Ignácio Rangel, Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Carlos Bresser-Pereira, bem como de *brasilianistas*² como Werner Baer e *Albert Fishlow*.

A primeira parte do livro é a mais densa, visto que é composta de 16 capítulos, os quais abarcam a Colônia (1500-1822), o Império (1822-1889) e a República (1889-1964). Nesta primeira parte do livro algumas questões mereceram, por parte do autor, uma ampla reflexão, tais como o tipo de colonização do Brasil, ou seja, se o país foi colonizado nos moldes feudais ou capitalistas, discussão que balizou vários debates na historiografia brasileira, entre eminentes pensadores como Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães e Ignácio Rangel. Outro tema que o autor elucidou com bastan-

² Define-se *brasilianistas* como pesquisadores estrangeiros, principalmente americanos, que visam a estudar a economia brasileira.

te propriedade está relacionado ao ciclo da economia açucareira, no qual, segundo vários economistas e sociólogos, estão as bases do clientelismo e do patrimonialismo que predominam no país; posteriormente o autor fez uma análise detalhada do ciclo de mineração, o qual teve forte relação com a Revolução Industrial Inglesa, visto que o ouro que foi descoberto no país praticamente ficou com a Inglaterra. Pelo Tratado de Methuen, 1703, ou de panos e vinhos, Portugal teria condições favoráveis para as exportações de vinhos, e a Inglaterra para as exportações de tecidos, e obviamente o déficit comercial português foi custeado por intermédio das jazidas descobertas no país.

O ciclo do café e o nascimento da indústria foram foco de vários capítulos, em que o autor não se furtou em trazer para a questão se o crescimento da industrialização, na década de 30, foi subproduto da defesa do setor cafeeiro, conforme argumenta Furtado³ (2001), ou seja, se o governo não tinha a intenção de avançar com o processo de industrialização, mas, sim, evitar o aprofundamento da crise no setor. Fonseca⁴ (2003), por sua vez, ao analisar o governo de Vargas sob a ótica do pensamento institucionalista, ou seja, não se limitando às políticas monetárias e cambiais, mas analisando as instituições, os órgãos criados e, principalmente, o discurso varguista, revela que Vargas certamente tinha uma consciência industrializante, a qual se materializou logo no começo de seu governo ao criar órgãos e institutos pró-industrialização. Nesse governo, além do início do processo de substituição de importações, tem-se também o delineamento de uma corrente política que vai marcar a história da política brasileira, ou seja, o nacional-desenvolvimentismo, entendido como defesa da industrialização, do intervencionismo pró-crescimento e do nacionalismo.

³ FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 30. ed. São Paulo: Nacional, 2001.

⁴ FONSECA, P. C. D. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 133-148, 2003.

Finalizando esta parte, um tema que merece destaque é o que trata sobre o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), que propunha, num *slogan*, fazer o Brasil crescer 50 anos em 5 anos de governo. Neste sentido, com base nos estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que identificou os pontos de estrangulamento do país, ou seja, áreas de demanda insatisfeita devido às características desequilibradas em razão do crescimento econômico, e os pontos de germinação, ou seja, áreas que geram demandas derivadas, o governo formulou o Plano de Metas, que tinha como objetivos gerais investimentos em estatais, em infraestrutura, principalmente em transporte e energia elétrica; incentivo ao aumento da produção de bens de capital, como máquinas e equipamentos, e intermediários, tais como aço, carvão e zinco; incentivo à produção dos setores de bens de consumo duráveis e estímulo à produção de alimentos.

Na segunda parte do livro, intitulada *Economia Brasileira contemporânea: da ditadura à democracia*, composta por sete capítulos e um apêndice, o autor faz uma análise econômica e social que vai dos governos militares até o governo Dilma Rousseff. Merecem destaque as medidas de austeridade e responsabilidade fiscal adotadas pelo governo Castelo Branco, as quais foram fundamentais para o forte crescimento econômico do período que se convencionou chamar de “Milagre Econômico” (1968-1973), bem como a análise profunda que o autor faz do 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (2º PND), que tinha por objetivo manter o crescimento econômico em torno de 10% a.a. e o crescimento do setor industrial em 12% a.a. Devido à conjuntura internacional desfavorável, oriunda das crises do petróleo e do fim do Acordo de Bretton Woods, o 2º PND não obteve os resultados esperados, apesar do crescimento do PIB no período ser de 6,8% a.a., o do setor industrial, de 6,5% a.a. e a formação bruta de capital fixo passar, de 19,6% em relação ao PIB, entre 1968-1973, para 22,7% no período 1974-1979. O autor termina de analisar os governos militares, com o governo Figueiredo,

o qual deixou como legado ao seu sucessor um país já com dois problemas macroeconômicos, que iriam se acentuar na década de 80: inflação e dívida externa.

Os capítulos 20 a 23 visam a analisar as políticas, os planos econômicos e os governos da jovem democracia brasileira que, até a criação do Plano Real, em 1994, teve os seguintes planos: Cruzado, Bresser, Verão, Collor 1 e Collor 2, os quais não conseguiram debelar a inflação, muitos por amadorismo, clientelismo e populismo. A instituição do Plano Real merece, por parte do autor, uma ampla análise, visto que o país apresentava uma grave crise econômica e política, uma vez que o primeiro presidente eleito diretamente (Fernando Collor) após a ditadura acabou melancolicamente o seu governo, cabendo ao vice-presidente Itamar Franco a missão de conduzir a estabilidade econômica e política do país. O Plano Real, visando a não incorrer nos erros dos planos anteriores, não foi adotado de surpresa, não se utilizou de congelamento de preços, nem de confisco de ativos, sendo organizado em três fases: a) Fase de Ajustes Fiscais, com o estabelecimento do Programa de Ação Imediata (PAI), o qual visava a cortes de despesas de investimento e pessoal, aumento da arrecadação, com a criação do Imposto Provisório Sobre Movimentação Financeira (IPMF) e a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), para ampliar os recursos à disposição do governo; b) Indexação da Economia, objetivando simular os efeitos de uma hiperinflação, bem como a substituição natural da moeda e a correção dos desequilíbrios dos preços relativo, mediante a criação de um indexador diário que passou a funcionar como unidade de conta Unidade de Referência de Valor (URV); e c) Reforma Monetária – transformação da URV em R\$.

Nos dois últimos capítulos da parte 2, o autor analisou detalhadamente o legado dos governos Lula e Dilma. Em relação ao primeiro governo Lula, o presidente manteve os mesmos fundamentos macroeconômicos do seu antecessor, com o foco voltado para a manutenção da estabilidade econômica. No segundo governo observou-se uma maior preocupação com as políticas sociais, o que foi importante para a redução das disparidades econômicas

e sociais. Uma questão que merece destaque foi o crescimento econômico chinês, o qual teve papel importante para o aumento das exportações dos produtos do agronegócio brasileiro. Não obstante isso, o governo deixou de realizar importantes reformas visando a diminuir o custo Brasil, bem como estancar o processo de desindustrialização da economia brasileira. Concluindo esta parte, o autor analisou o governo Dilma, que, devido a uma política de desoneração fiscal equivocada, comprometeu fortemente as finanças do país, uma vez que os resultados de tal política não tiveram o efeito que se esperava no crescimento econômico e na redução do desemprego. Nesse sentido, o segundo governo Dilma centrou-se num forte ajuste econômico, contudo, devido à grave crise política que alimentava a crise econômica e vice-versa, os resultados foram mais inflação e desemprego e menor crescimento econômico, contribuindo para uma convulsão econômica e social sem precedentes. O autor, ao analisar o desfecho dos governos petistas, deixa claro que o partido, ao invés de ter amplo projeto de nação, acabou optando por um projeto de perpetuação no poder e, para isso, fez alianças circunstanciais e não pragmáticas com setores reacionários e conservadores da política econômica brasileira.

Por fim, a terceira e última parte do livro, intitulada *O desenvolvimento e a indústria no pensamento econômico brasileiro*, composta pelos capítulos 24 a 30, visou a analisar hermeneuticamente as contribuições de Celso Furtado e Ignácio Rangel para o desenvolvimento econômico brasileiro. Também nestes capítulos merecem atenção por parte do autor as contribuições do estruturalismo latino-americano, balizadas pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal). Por fim, o autor discorre sobre o novo desenvolvimentismo, cujo principal teórico é o professor Luiz Carlos Bresser-Pereira,⁵ ex-ministro dos governos Sarney e Fernando Henrique e ex-secretário do governo Montoro em São Paulo. Bresser é um dos mais profícuos e ativos intelectuais brasileiros, o qual argumenta que o novo

⁵ Vários dos pressupostos do novo desenvolvimentismo encontram-se em: OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. de; MARCONI, N. (Org.). *A teoria econômica na obra de Bresser-Pereira*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2015.

desenvolvimentismo pode ser definido como um programa de pesquisa em andamento, abarcando uma macroeconomia e microeconomia do desenvolvimento e uma economia política do crescimento e da distribuição, estando centrado em cinco preços macroeconômicos: taxa de lucro, taxa de câmbio, taxa de juros, taxa de salários e taxa de inflação. Segundo Dias Pereira, o novo desenvolvimentismo ainda é uma proposta inacabada que, futuramente, poderá se transformar num projeto nacional de desenvolvimento.

Enfim, o livro de José Maria Dias Pereira deve ser saudado pela academia, pois é uma contribuição didática e teórica para a compreensão, com acuidade, das mudanças e transformações da economia brasileira – da colonização aos dias atuais – sem deixar de mostrar a evolução e o ecletismo do pensamento econômico brasileiro e a contribuição dos principais teóricos do país.

Recebido em: 12/1/2017

Accito em: 9/3/2017